DECRETO N°. 92, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025

"Estabelece critérios e diretrizes para aplicação das novas regras de cobrança da Remoção Especial de Lixo".

O Prefeito Municipal de Francisco Badaró/MG, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 68, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a entrada em vigor do Novo Código Tributário Municipal - CTM a partir de 1º de janeiro de 2025;

Considerando a entrada em vigor do Código de Posturas em 18 de novembro de 2024;

Considerando a entrada em vigor do Código de Obras do Município em 24 de fevereiro de 2025;

DECRETA:

DA REMOÇÃO ESPECIAL DE LIXO

- **Art. 1º.** A Remoção Especial de Lixo de que trata o Parágrafo Único do Art. 147, do CTM, será cobrada sob a denominação de Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Especiais (TCRS-E).
- **Art. 2º.** A Remoção Especial de Lixo de que trata o art. 1º será realizada a requerimento do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor do imóvel (contribuinte), conforme Cadastro Imobiliário Municipal, na forma do Anexo Único deste decreto.
- § 1°. Quando a requerimento, o lançamento da taxa deverá fazer referência à data do protocolo e o requerente terá o prazo de 8 (oito) dias para comprovar a quitação.
 - § 2°. Caso ocorra a remoção de ofício, o proprietário, o titular do domínio

útil ou o possuidor do imóvel (contribuinte), conforme cadastro imobiliário municipal, ficará sujeito à taxa de que trata o art. 1°, sem prejuízo das sanções e mais penalidades previstas na legislação municipal.

- § 3°. Quando de ofício, o lançamento e o vencimento da taxa deverão fazer referência à efetiva data da remoção e o contribuinte coincidirá com o constante do Cadastro Imobiliário Municipal.
- § 4°. Quando de ofício, o formulário de que trata o Anexo Único deverá ser preenchido pela autoridade fiscal competente, sem prejuízo dos demais termos ou documentos previstos na legislação municipal.
- § 5°. A remoção de ofício ocorrerá após documentados e esgotados os atos de fiscalização, sob pena de responsabilização funcional dos servidores que autorizarem e realizarem a remoção sem a observância da legislação municipal.
 - Art. 3°. Entende-se por Remoção Especial de Lixo:
- I a retirada de entulhos, na forma do Art. 43 do Código de Obras do Município (LCM 1.207/2025);
- II a retirada de detritos ou restos de materiais industriais ou comerciais em grande quantidade;
 - III a retirada de galhos de árvores;
 - IV a limpeza de terrenos;
- V a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado.
- § 1°. A previsão do inciso II estende-se aos estabelecimentos prestadores de serviço e às entidades sem fins lucrativos.
- § 2º. Entende-se por limpeza de terreno (inciso IV) a realização de capina para remoção de vegetação indesejada, como ervas daninha, capim e outras plantas, com o objetivo de evitar a proliferação de animais venenosos e insetos, de desobstruir a drenagem de água da chuva e manter os terrenos isentos de quaisquer materiais nocivos à vizinhança e à coletividade. JMC: ver art. 127 do Código de Posturas.
- § 3°. Entende-se por remoção de lixo realizada em horário especial (inciso V) a remoção especial do lixo que exceder à capacidade do vasilhame apropriado para coleta periódica de que trata o art. 122 do Código de Posturas (LCM 1.199/2024).



Gabinete do Prefeito

- **Art. 4º.** O valor da TCRS-E será apurado observando-se os seguintes critérios:
- I quando da remoção de que trata o inciso I do art. 3º, na forma do Art.
 43 do Código de Obras do Município (LCM 1.207/2025);
- II quando das remoções de que tratam os incisos de II a V do art. 3º, o valor da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos TCRS, apurada na forma do art. 153 do CTM, vigente na data do protocolo do requerimento ou da remoção de ofício, multiplicado por:
 - a) 4 (quatro), nos casos previstos no inciso II do art. 3°;
 - b) 1 ½ (um e meio), nos casos previstos no inciso III do art. 3°;
 - c) 1 ½ (um e meio), nos casos previstos no inciso IV do art. 3°;
 - d) 1 ½ (um e meio), nos casos previstos no inciso V do art. 3°;

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5°. Em nenhuma hipótese será realizada remoção especial de lixo de imóveis inexistentes no Cadastro Imobiliário Municipal ou de estabelecimentos inexistentes no Cadastro Fiscal Municipal.

Parágrafo Único. A remoção especial de lixo abrangerá tão somente as áreas ou localidades definidas como perímetro urbano, nos termos da legislação municipal.

- **Art. 6°.** O requerimento de que trata o Anexo Único, devidamente preenchido, deverá ser apresentado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, presencial ou digitalmente (pelo e-mail obras@franciscobadaro.mg.gov.br), a qual dará o protocolo.
- § 1°. Para fins de validade do requerimento de que trata o artigo, devem ser anexados todos os documentos indicados no formulário, sob pena de indeferimento da solicitação.
- **§ 2º.** A guia para pagamento da taxa será expedida pelo Departamento Municipal de Tributação e Arrecadação após conferida a assinatura do requerimento e desde que anexados todos os documentos obrigatórios.
- § 3°. A comprovação da quitação da taxa se dará mediante retorno bancário, devendo o Departamento de Tributação e Arrecadação encaminhar o

documento comprobatório à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos para compor o processo.

Art. 7º. Nos termos do art. 127, § 2º, do Código de Posturas (LCM 1.199/2024), comprovado o pagamento da taxa, o deferimento do requerimento pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos indicará o dia, o horário e a forma da remoção especial de lixo.

Parágrafo único. A previsão do artigo se aplicada a todos os casos de remoção especial de lixo previstos no art. 3°.

Art. 8º. Instrução Normativa da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos ou da Secretaria Municipal de Administração e Finanças poderá regulamentar a apresentação do Requerimento de que trata o Anexo Único.

Art. 9°. Este decreto em vigor da data de sua publicação, com a revogação de quaisquer disposições contrárias.

Francisco Badaró (MG), 10 de novembro de 2025.

ANTÔNIO REGINALDO MARTINS MOREIRA Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Francisco Badaró/ MG, na data de 10.11.2025.



Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO DECRETO N°. 92, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025 REQUERIMENTO DE REMOÇÃO ESPECIAL DE LIXO

			1. Or	rigem (da Rem	oçã	10				
☐ A Requerimento				☐ De Ofí					cio		
2. Dado	s do R	equerente ,	/ Proprie	tário, t	itular do	do	mínic	útil o	u possu	idor do	imóvel
Razão Social / Nor	ne:						Data	de Nas	cimento	:	
CPF (pessoa física):				CNPJ (pessoa jurídica):							
Pessoa Jurídica:			l								
Logradouro:											
Número:				Comple	emento:						
Bairro / Distrito:				CEP:							
Município:							UF:				
Telefone Fixo:	Celulo	ar:		E-mai (opci	l onal):						
Representante Leg	gal (pes	soa jurídica):		1				CPF:			
			3.	Dado	s do Im	óve	el .				
Código do Imóvel: Destinaçã					ção	:					
Logradouro:							<u> </u>				
Número:				Con	plement	0:					
Bairro / Distrito:	irro / Distrito:			CEP:		39644-000					
Município:	FRA	NCISCO BAD	DARO						UF:	MG	
Área Total do Terreno: _ m²				Área Total Ed			dificada: _		_ m ²		
Observações:											
4	l. Do	cumentos c	brigatór	ios a s	erem aı	nex	ados	(para	uso do	Fisco)	
Documento de ide proprietário, titular representante lega	do dor	nínio útil ou p	ossuidor c	do imóv	el (em to				☐ And	exado	
Certidão Negativa de Débitos do Imóvel (CND-Imóvel); em todos os casos							Anexado				
Cópia do Alvará de Construção (ou dispensa) nos casos de remoção especial de entulho								Anexado			
Cópia do Alvará d Certidão Negativa jurídicas dispensad	ı de Dél	bitos do Con	tribuinte (CND-C	ontribuint	e) po	ara pe		☐ And	exado	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ-MG

Gabinete do Prefeito

Comprovante de quitação		☐ Anexado				
Outros documentos exigido		Anexado				
5. Assinatura do Ro	equerente (titular ou po	ssuidor, represento	ante legal ou procurador)		
Assumo inteira responsabilio	dade pela exc	atidão das info	ormações.			
Francisco Badaró/MG,	de	de	·			
Nome Completo:						
(Assinatura; rubrica requer i	reconhecimer	nto de firma ou	u autenticação pelo	Departamento / Secretaria)		
6. Despacho do D	epartament	o / Secretar	ia			
DEFERIDO			INDEFERIDO			
			- 1			
(Assinatura e matrícula)						
Contempla as exiaê	encias do C	Código Tribu	ıtário Municipal (TCM 1.190/2024), do		

- 1. Contempla as exigências do Código Tributário Municipal (LCM 1.190/2024), do Código de Posturas (LCM 1.199/2024) e do Código de Obras do Município (LCM 1.207/2025).
- 2. Todas as informações declaradas devem ser condizentes com a documentação apresentada, não bastando o simples preenchimento do Requerimento.
- 3. No caso de requerimento digital (por e-mail): preencher o formulário, salvar em PDF, assinar (manual ou digitalmente) e anexar ao processo junto com os documentos obrigatórios.
- 4. No caso de requerimento presencial no Departamento / Secretaria: o servidor deverá preencher o formulário, com as informações fornecidas pelo requerente, imprimir duas vias (uma da Prefeitura e outra do requerente, com protocolo) e anexar a documentação obrigatória.
- 5. O Requerimento será indeferido caso algum campo obrigatório não seja preenchido ou quando não for anexado algum documento obrigatório.
- 6. Imprimir preferencialmente em frente e verso, se necessário.
- 7. CND e segunda via do Alvará podem ser emitidas no Portal de Serviços: https://franciscobadaro.sintesetecnologia.com.br/portalDeServicos/index_ps.xhtml?fac es.